



MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 E 29 DE MAIO DE 2024

1 Aos vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da manhã, horário de Brasília, no
2 Auditório Ana Paula Crosara, 8º andar, SCS, quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A,
3 Brasília/DF, foi realizada a 86ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade
4 Racial – CNPIR. Estiveram presentes, pelo Poder Público, a Presidenta do Conselho e Ministra de
5 Estado da Igualdade Racial, **Anielle Francisco da Silva**; o Conselheiro Titular da Casa Civil da
6 Presidência da República (CC/PR), **Marcos Fábio Cardoso De Faria**; a Conselheira Titular do
7 Ministério das Cidades (MCidades), **Marilda Oliveira De Brio Cohen**; a Conselheira Suplente do
8 Ministério das Comunicações (MCom), **Camilla Kely Pacheco Perpétuo**; a Conselheira Titular do
9 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), **Ana**
10 **Carolina Souza Ferreira**; a Conselheira Titular do Ministério da Integração e do Desenvolvimento
11 Regional (MIDR), **Daniela Luciana Da Silva**; o Conselheiro Titular do Ministério da Justiça e
12 Segurança Pública (MJSP), **Seimour Pereira De Souza Filho**; a Conselheira Titular do Ministério
13 do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), **Claudia Regina Sala De Pinho**; o Conselheiro
14 Suplente do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), **Anderson Luiz Alves De Oliveira**; a
15 Conselheira Titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), **Anatalina Lourenço Da Silva**; a
16 Conselheira Suplente da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), **Andréia Amorim**
17 **Dias**; Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da União de
18 Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte Da Silva**; a Conselheira Suplente
19 da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), **Valdice Gomes Da Silva**; a
20 Conselheira Titular da Associação Nacional das Mulheres Ciganas (ANMC), **Edvalda Bispo Dos**
21 **Santos Viana**; o Conselheiro Suplente da Casa de Cultura Ile Ase D'osoguiã (CCIAO), **Danilo**
22 **Moura**; a Conselheira Titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT), **Maria Júlia Reis**

23 **Nogueira**; o Conselheiro Titular da Coalizão Negra Por Direitos (CND), **Airton Ferreira Da Silva**;
24 o Conselheiro Titular do Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA), **Antonio Ricardo**
25 **Herculano Da Silva**; O Conselheiro Suplente do Coletivo Nacional de Juventude Negra
26 (ENEGRECER), **Afonso José Dias Gomes**; a Conselheira Titular da Coordenação das Associações
27 das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), **Carlene Patricia Santos**
28 **Printes Cabral**; a Conselheira Titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades
29 Negras Rurais (CONAQ), **Maria Aparecida Ribeiro De Sousa**; o Conselheiro Titular da
30 Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), **Igor Correia Dos Prazeres**; a Conselheira
31 Titular do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz
32 Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera Beatriz Soares**; a Conselheira Suplente do Fórum Nacional
33 de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), **Bruna Ravena Braga Dos Santos**; a
34 Conselheira Titular do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, **Deuzília Pereira Da Cruz**;
35 a Conselheira Titular do Instituto Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo**; a
36 Conselheira Titular do Movimento Negro Unificado (MNU), **Rosa Negra**; a Conselheiro Suplente
37 da Rede Amazônia Negra (RAN), **Byany Sanches**; o Conselheiro Suplente da Rede Nacional de
38 Religiões Afro-Brasileiras e Saúde - RENAFRO SAÚDE, **Olumidê Betinho**. Estiveram presentes,
39 como Notório-Saber, a Conselheira **Zélia Amador de Deus**; e o Conselheiro **Wanderson Flor do**
40 **Nascimento**. Estiveram presentes, como convidados, a Secretária Executiva Adjunta, **Ana Míria**
41 **Carinhanha**, o Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, **Yuri**
42 **Silva**, a Diretora de Articulação Interfederativa, **Isadora Bispo**, a Diretora de Quilombolas e Ciganos,
43 **Paula Balduino**, a sra. **Magali Naves** e a sra. **Mônica Oliveira**. Por fim, estavam igualmente
44 presentes a equipe da Secretaria-Executiva do Conselho, composta pela Secretária Executiva do
45 Conselho, **Larissa da Cruz Santiago**; Coordenadora da Secretaria-Executiva do Conselho, **Híris de**
46 **Paulo Martins**, e Assistente Administrativa do CNPIR, **Edna Gabrielle da Silva**. Com a palavra, a
47 Ministra (MIR) e Presidenta do CNPIR, Sra. Anielle Francisco da Silva, cumprimentou os presentes,
48 explicou a programação do dia, que incluiu *Leitura da Ordem do dia e Verificação da presença e da*
49 *existência de quórum às 09h; Abertura com fala da Ministra às 09h30; Informe sobre a Ata da 85ª*
50 *Reunião Ordinária à 09h45; Informes sobre encaminhamentos de Requerimentos e Ofícios, sobre*
51 *GT Revisão de Marcos Legais, Apresentação de Sugestão de Moção/Recomendação PL de Cotas e*
52 *outras Moções, Recomendações e Resoluções às 10h; Inscrições para Fala e Deliberações às 10h30;*
53 *Informes da SQPT sobre a Política Nacional de Povos Ciganos e Programa Aquilomba Brasil,*

54 *Informes do SENAPIR sobre o PLANAPIR e Informes da DGA sobre a Portaria de Diárias e*
55 *Passagens às 10h45; Inscrições para Fala e Deliberações às 11h15; Informe sobre a Conferência*
56 *da 6ª Região da Diáspora Africana, Indicações para Comissão Nacional de População e*
57 *Desenvolvimento (CNPd) e para Fórum Interconselhos às 11h30; Intervalo de almoço entre às*
58 *12h30 e às 13h30; Inscrições para fala e Deliberações às 13h30; Deliberação sobre Datas, Eleição*
59 *da Comissão Organizadora e Subcomissões da V CONAPIR às 14h30; Inscrições para fala e*
60 *Deliberações às 15h30; Eleição da Mesa Diretora às 16h; Inscrições para fala e Deliberações às*
61 *17h; Informes Finais às 17h30; e Repasse da Ata e Encerramento às 17h45, e apresentou informes*
62 sobre a situação trágica no Rio Grande do Sul, mencionando que ela e o ministro Sr. Paulo Teixeira
63 viajariam até lá, o que poderia afetar sua presença na reunião. Ela mencionou um evento em São
64 Paulo com a Sra. Graça Machel, viúva de Nelson Mandela, o que exigiria sua partida para o aeroporto
65 em breve. Ela sugeriu ajustar a ordem da reunião para acomodar esses compromissos, incluindo a
66 fala dos membros presentes, para garantir que todos pudessem participar. O Conselheiro Igor dos
67 Prazeres (CONEN) sugeriu ao pleno e à mesa uma discussão sobre a inversão da ordem do dia, com
68 base em uma reunião da sociedade civil realizada no dia anterior. Ele propôs iniciar a reunião com
69 quatro pontos de pauta prioritários, sendo esses: a 5ª CONAPIR, a eleição da Mesa Diretora, os
70 requerimentos da RAN (Rede Amazônia Negra) e a revisão dos Marcos Legais, além de
71 recomendações a serem apresentadas à Ministra e Presidenta do CNPIR. Ele enfatizou a importância
72 de analisar esses pontos antes de abordar os outros itens da pauta apresentados pela presidenta. A
73 Secretária Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, apresentou duas propostas para a sequência dos
74 debates. A primeira era começar pela 5ª CONAPIR, enquanto a segunda, seria ouvir as demandas
75 primeiro e depois repassar os temas previamente estabelecidos. Ela mencionou a importância de
76 abordar a conferência da diáspora e a situação do Rio Grande do Sul. A Vice-presidente e Conselheira
77 Marina Lais Duarte (UNEGRO), em acordo com o pleno da sociedade civil, destacou três pautas
78 prioritárias: a 5ª CONAPIR, a eleição da mesa diretora e a apresentação dos marcos legais. Ela
79 agradeceu aos membros do conselho e destacou a importância de ouvir a comunidade trans, cuja pauta
80 também era prioridade. Assim, decidiu seguir com a ordem dos trabalhos proposta, garantindo que
81 todos os temas importantes fossem discutidos. Informou sobre as últimas reuniões da Coordenação
82 Executiva da 5ª CONAPIR e apresentou uma proposta de troca de data da 5ª CONAPIR. Inicialmente,
83 lembrou que o conselho havia acordado que a conferência nacional seria de 17 a 21 de março de
84 2025, mas que não houve tempo suficiente para organizar a proposta. Recordou que o período

85 proposto pela equipe do MIR era de 17 a 21 de novembro de 2025, contudo, como o conselho
86 encerraria suas atividades em novembro de 2025, avaliou-se que essa data não seria viável. Em
87 conclusão, relatou que a Coordenação Executiva sugeriu realizar a conferência em julho de 2025. Ela
88 abriu a discussão para ouvir as opiniões dos presentes. O Conselheiro Antônio Herculano (CEN)
89 expressou a necessidade de garantir que a conferência ocorresse em julho, sugerindo que a comissão
90 e subcomissão trabalhassem em um plano detalhado para assegurar que tudo estivesse em ordem até
91 a primeira quinzena do mês, possibilitando melhores condições para a realização do evento. A
92 Conselheira Maria Júlia Nogueira (CUT) reforçou que o conselho inicialmente havia decidido por
93 uma data, mas perceberam que não seria possível cumpri-la devido ao processo necessário. Ela
94 destacou que, na última reunião da Coordenação Executiva, a data de novembro de 2025 foi
95 considerada, mas como o mandato do conselho é de dois anos, a responsabilidade pela conferência
96 poderia não estar mais em suas mãos. Ela propôs realizar a conferência em julho de 2025, uma data
97 simbólica, em homenagem à Tereza de Benguela, e enfatizou que a sociedade civil também apoiava
98 essa data. A Conselheira Byany Sanches (RAN) expressou grande preocupação com a realização da
99 conferência, destacando que muitos municípios já haviam realizado conferências com documentos
100 do governo anterior. Ela afirmou que era crucial revisar esses documentos à luz das novas
101 perspectivas e definições do atual governo. Ela enfatizou a importância de sair da reunião com
102 decisões claras e concretas sobre a data e os temas da conferência, para orientar os estados e
103 municípios e fortalecer a valorização da democracia e da população negra, especialmente das
104 mulheres negras. A Diretora Isadora Bispo DAI/SENAPIR/MIR) expressou a mesma preocupação
105 com os municípios do Rio Grande do Sul e destacou as dificuldades enfrentadas devido à conjuntura
106 atual do país. Ela mencionou que o Ministério da Igualdade Racial herdou um processo de conferência
107 complicado pelo pós-pandemia, o que gerou discussões sobre a realização presencial. Com a
108 aproximação das eleições e os impedimentos legais, a mobilização da sociedade civil e dos
109 municípios ficou prejudicada. Ela enfatizou a necessidade de pensar na validação das conferências e
110 na mobilização pós-eleitoral, pois a reorganização dos governos só se estabilizaria a partir de março.
111 Ela questionou se haveria tempo suficiente para preparar a conferência até julho e ressaltou a
112 importância de cumprir o tempo legal, político e social necessário para o processo. O Conselheiro
113 Igor dos Prazeres (CONEN) reforçou a importância da conferência e mencionou a demora na
114 definição de uma nova data. Ele ressaltou que as decisões do conselho precisam ser cumpridas
115 regimentalmente e destacou a composição paritária do conselho entre sociedade civil e governo. Ele

116 mencionou que várias datas e condições foram propostas e debatidas, e que a Coordenação Executiva
117 já tinha um parecer claro sobre a realização da conferência em julho. Ele enfatizou a necessidade de
118 sair da reunião com deliberações concretas sobre a data e os temas, para garantir a organização nos
119 municípios. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) informou sobre a
120 construção do novo regimento e texto base da conferência, mencionando que o decreto já estava
121 encaminhado à Casa Civil. Ela destacou a necessidade de aprofundar a conversa com os municípios
122 e estados que já realizaram a 5ª CONAPIR, para alinhar as novas diretrizes sem desfazer o trabalho
123 já realizado. Ela ressaltou a importância de aproximar os delegados dessa nova construção e garantir
124 que as mudanças necessárias fossem feitas em colaboração com todos os envolvidos. A Conselheira
125 Edvalda Bispo (ANMC) destacou a importância da CONAPIR para todos os segmentos e sugeriu que
126 a discussão sobre a conferência fosse abordada na próxima reunião devido ao tempo apertado. Ela
127 expressou a frustração da comunidade cigana pela ausência do "Maio Cigano" pelo segundo ano
128 consecutivo, enfatizando que essa celebração é fundamental para levantar pontos e fazer pontuações
129 importantes para a comunidade. Ela pediu que o Ministério da Igualdade Racial e outros ministérios
130 olhassem com mais atenção para a pauta dos povos ciganos, mencionando também a falta de respostas
131 sobre o edital BRA 15, que foi vencido pela associação, mas não teve continuidade devido à transição
132 de governo. Ela solicitou uma resposta clara sobre o andamento desse edital. O Conselheiro Antonio
133 Herculano (CEN) falou sobre as dificuldades de realizar a conferência, mas destacou a
134 responsabilidade do governo e da ministra. Ele mencionou a importância de uma ação conjunta e
135 relatou a articulação feita em Pernambuco, onde houve colaboração com diversos prefeitos e
136 vereadores, inclusive de diferentes espectros políticos. Ele reforçou que, apesar das dificuldades,
137 havia um forte desejo de fazer a conferência acontecer, contando com o apoio da sociedade civil. A
138 Conselheira Byany Sanches (RAN) destacou a importância de manter a conferência em julho. Ela
139 mencionou que, apesar das dificuldades fiscais e burocráticas, a data de julho era simbolicamente
140 importante e favorecia a visibilidade das mulheres negras. Ela argumentou que novembro seria
141 inviável devido às muitas agendas já estabelecidas no movimento negro. Enfatizou que a prioridade
142 era garantir a conferência em julho, pois isso fortaleceria as políticas voltadas para os municípios e o
143 debate sobre as mulheres negras. A Conselheira Bruna Ravena (FONATRANS) reforçou a
144 necessidade de suspender a decisão para dialogar mais e obter dados claros sobre os conselhos
145 estaduais. Ela mencionou a importância de incluir a conferência nas leis de diretrizes orçamentárias
146 e a necessidade de decisões rápidas para que os municípios e estados possam se preparar. Ela também

147 destacou a falta de retorno do ministério para atividades e convites feitos pelo FONATRANS,
148 ressaltando a necessidade de uma comunicação mais efetiva. Ela fez um apelo para que a Ministra
149 estivesse mais próxima da população trans e travesti, mencionando a criação de um banco de
150 currículos para pessoas trans e travestis negras e a importância de oportunidades no mercado de
151 trabalho. Convidou o conselho e o ministério a apoiarem uma atividade sobre transracismo ambiental
152 em julho, buscando uma maior proximidade e diálogo para construir políticas afirmativas para a
153 população trans. A Ministra (MIR) e Presidente do CNPIR, Anielle Francisco da Silva afirmou que
154 não se opunha à realização da conferência em julho de 2025 e sugeriu que fosse iniciada em 25 de
155 julho conjuntamente com a Marcha Nacional das Mulheres Negras, que tem a expectativa de reunir
156 um milhão de mulheres negras em Brasília. Ela destacou que não conseguiu estar presente em todas
157 as agendas devido à sua intensa programação, mas garantiu que verificaria os convites mencionados
158 pela Conselheira Bruna Ravena. Ela ressaltou a importância do banco de currículos de pessoas negras
159 e trans, afirmando que muitos ministérios procuraram esses currículos. Ela reiterou a abertura ao
160 diálogo e à crítica construtiva, mencionando que a atenção ao Rio Grande do Sul exigiu um grande
161 esforço recentemente. Ela se despediu, pedindo licença para se retirar e se colocou à disposição. A
162 Conselheira Rosa Negra (MNU) destacou a importância de a Ministra estar mais presente e sugeriu
163 que, quando ela não pudesse comparecer, enviasse representantes do Ministério. Ela enfatizou a
164 necessidade de proximidade com o Ministério para fortalecer tanto o MIR quanto o CNPIR,
165 mencionando que o fortalecimento mútuo é essencial para o sucesso das iniciativas. A Conselheira
166 Iyá Vera Soares (FONSANPOTMA) fez um pedido urgente para que a ministra visitasse a região
167 devido à situação crítica enfrentada pela população preta e tradicional. Ela destacou a falta de apoio
168 do poder público e a necessidade de visibilidade e atenção para as comunidades afetadas pelas
169 recentes calamidades no Rio Grande do Sul. Enfatizou a importância da presença da Ministra Anielle
170 para dar visibilidade e apoio emocional à população negra, periférica e tradicional do Rio Grande do
171 Sul, especialmente para os praticantes das religiões de matriz africana, que foram severamente
172 impactados. A Ministra (MIR) e Presidente do CNPIR, Anielle Francisco da Silva, pediu às
173 assistentes que informassem à Conselheira Iyá Vera Soares sobre sua agenda do dia seguinte assim
174 que possível. Ela destacou que, na semana passada, sentou-se com parlamentares do Rio Grande do
175 Sul e outras lideranças e prometeu manter a conselheira informada assim que obtivesse uma posição
176 sobre a agenda. A Conselheira Valdice Gomes (APNs) reforçou a importância de realizar a
177 conferência em julho de 2025 e mencionou a angústia dos estados em relação à decisão. Ela propôs

178 que a conferência ocorresse de 22 a 25 de julho, terminando com a Marcha Nacional das Mulheres
179 Negras. A Secretária-Executiva Adjunta do MIR, Ana Mária, expressou preocupação com o tempo
180 necessário para organizar a conferência, mencionando etapas municipais, estaduais, conferências
181 livres e comunidades tradicionais. Ela destacou que, embora não houvesse objeção quanto à data de
182 julho de 2025, era importante garantir tempo suficiente para a execução adequada das etapas. Ela
183 também mencionou a possibilidade de recondução do mandato dos conselheiros, conforme
184 Regimento Interno do CNPIR, como uma alternativa para garantir que os estados e municípios
185 tivessem tempo hábil para aprofundar as discussões e realizar suas etapas e que o Pleno do CNPIR
186 não fosse recomposto no meio do processo, podendo permanecer com a atual composição por um
187 período maior. Destacou o pedido da Ministra de que a 5ª CONAPIR não encerre com a Marcha, mas
188 sim que comesse com ela em 25 de julho de 2025. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais
189 Duarte (UNEGRO) destacou a necessidade de finalizar a questão da data da CONAPIR e propôs um
190 acordo para encaminhar a votação das datas. Ela mencionou que, como o dia 25 de julho é uma sexta-
191 feira, seria necessário iniciar a conferência no dia 22 e finalizar com a marcha no dia 25, considerando
192 que sábado e domingo não haveria pagamento de diárias para conselheiros e conselheiras. A Diretora
193 Isadora Bispo (DAI/SENAPIR/MIR) ressaltou a importância das diárias e outros encaminhamentos
194 relacionados à conferência. Ela destacou que, mesmo com a pressão interna para que a conferência
195 aconteça, é necessário considerar os dados apresentados, como a prorrogação do mandato e a questão
196 das diárias. Ela mencionou que, com um decreto vigente convocando a conferência, seria possível
197 garantir diárias nos finais de semana. Ela sugeriu que o grupo deveria conversar sobre esses novos
198 elementos para tomar uma decisão informada. O Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) abordou a
199 interpretação do regimento em relação à recondução do mandato, destacando que a discussão foi
200 extensa na reunião anterior. Ele explicou que a Resolução nº 7, de 27 de outubro de 2020, permite
201 apenas uma recondução para as instituições eleitas para um mandato, impedindo três mandatos
202 consecutivos. Ele esclareceu que a recondução pelo pleno não se sobrepõe à portaria que define o
203 início e término do mandato. Ele enfatizou que a recondução deve respeitar os princípios do Estado
204 Democrático de Direito e que o trâmite legal para a eleição dos membros da sociedade civil deve ser
205 seguido rigorosamente. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) apresentou
206 duas propostas de data da 5ª CONAPIR para votação, conforme encaminhamentos dos conselheiros
207 e das conselheiras. A primeira proposta foi pelo início da 5ª CONAPIR no dia 22 de julho de 2025,
208 findando no dia 25 de julho com a Marcha Nacional das Mulheres Negras. A segunda proposta foi

209 iniciar com a Marcha Nacional das Mulheres Negras no dia 25 de julho de 2025 e findando no dia 29
210 de julho. Os representantes votaram e a segunda proposta teve 18 (dezoito) votos, contra 9 (nove)
211 votos da primeira proposta. Ato seguinte, destacou que a pauta da 5ª CONAPIR ainda precisava ser
212 discutida, especialmente sobre a Comissão Organizadora. Mencionou que o regimento atual da 5ª
213 CONAPIR prevê que a Ministra, a Secretária Executiva do CNPIR e todos os titulares do conselho
214 fazem parte da Comissão Organizadora e que a proposta da sociedade civil é reduzir essa quantidade
215 e distribuir os conselheiros entre as Subcomissões para facilitar o processo. Apresentou a proposta de
216 que a Comissão Organizadora seja composta pela Ministra e Presidente do CNPIR, a Vice-presidente
217 do CNPIR, além de 8 (oito) Conselheiros, dos quais 4 (quatro) seriam Coordenadores das
218 Subcomissões da V CONAPIR, sendo cada Subcomissão composta por 8 (oito) integrantes. Ela
219 explicou que essa estrutura facilitaria o desenvolvimento dos trabalhos. A Secretária Executiva do
220 CNPIR, Larissa Santiago, explicou que cada Subcomissão teria um coordenador e que os
221 coordenadores das Subcomissões participariam da Comissão Organizadora, mencionando as 4
222 (quatro) subcomissões de metodologia e temas, subtemas e relatoria; comunicação; logística; e
223 articulação e mobilização. Ela ressaltou a necessidade de decidir se manteriam o regimento atual ou
224 adotariam a nova proposta com uma Comissão Organizadora de 8 (oito) membros e Subcomissões
225 menores. O Conselheiro Marcos Faria (CC-PR) destacou a importância de qualificar melhor os
226 informes nas reuniões, mencionando que o debate sobre a data da conferência incluiu a possibilidade
227 de julho e novembro. Ele ressaltou que a decisão de manter a data de março foi respeitada, mas a
228 mudança para outras datas foi discutida devido às circunstâncias. O Conselheiro Antonio Herculano
229 (CEN) cumprimentou a Secretaria Executiva do CNPIR, mas registrando que neste momento ela era
230 a única representante do Ministério e que a função da Secretaria Executiva do CNPIR é prestar o
231 apoio administrativo para o Conselho, sugerindo que seria importante outra representação do
232 Ministério estar igualmente presente durante toda a reunião do Pleno. Ele sugeriu que a Comissão
233 Organizadora tivesse mais tempo para apresentar suas propostas, enfatizando a necessidade de
234 formularem uma melhor proposta para as comissões e subcomissões, garantindo que todos tenham
235 trabalho e evitando ir contra o que já foi discutido e levantado pela comissão. A Secretária Executiva
236 do CNPIR, Larissa Santiago, registrou a presença do Ouvidor Sr. Fábio Moassab, da Chefe,
237 substituta, da Assessoria Especial da Ministra, Josiara Barbosa, do Chefe de Gabinete da Secretaria
238 Executiva, Luiz Barros, da nova Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade, Marilene
239 Garcia, do Diretor de Gestão e Administração, João Vitor Souza Batista, e da Diretora de Políticas

240 para Quilombolas e Ciganos, Paula Balduino, que precisou sair temporariamente. Explicou que os
241 convites foram mantidos apesar da inversão da pauta e pediu desculpas por isso. Ela apresentou uma
242 proposta do conselheiro Antonio Herculano para que a sociedade civil tivesse um tempo para articular
243 e pensar na composição das Subcomissões e da Comissão Organizadora da 5ª CONAPIR. A
244 Conselheira Maria Julia (CUT) fez uma saudação, destacando a importância da presença de todas as
245 representações do poder público no Conselho nas reuniões, mencionando a presença constante de
246 apenas alguns dos representantes do governo federal, a exemplo da Casa Civil, Ministério das
247 Mulheres e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Ela ressaltou a importância de
248 considerar tanto a visão da sociedade civil quanto a gestão das políticas públicas. Ela elogiou a
249 representação do Ministério da Igualdade Racial na reunião, destacando a presença do Chefe de
250 Gabinete e do Ouvidor, e sugeriu que essa prática de maior participação do MIR nas reuniões fosse
251 adotada regularmente para sanar dúvidas burocráticas e melhorar a comunicação. A Secretária
252 Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, sugeriu que no retorno do intervalo para o almoço, os
253 conselheiros e conselheiras articulassem uma decisão sobre a composição das Subcomissões e da
254 Comissão Organizadora, de modo que, antes do almoço, fosse possível ouvir assuntos importantes
255 presentes na pauta e que foram solicitadas por meio de requerimento de conselheiros, como a sexta
256 conferência da diáspora africana nas américas, o escritório da Rede Amazônia Negra (RAN), a Política
257 Nacional dos Povos Ciganos e as burocracias e fluxos de diárias e passagens. Ela sugeriu que até o
258 meio-dia essas falas fossem realizadas, com posterior intervenção do Pleno, e, em seguida, iniciaria
259 o intervalo de almoço, quando os conselheiros articulariam a proposta de composição Comissão
260 Organizadora e das Subcomissões. A Conselheira Byany Sanches (RAN) sugeriu que, a discussão da
261 Comissão Organizadora ocorresse durante o almoço, mas que fosse discutida a Mesa Diretora e o
262 requerimento da Rede Amazônia Negra (RAN) antes do intervalo. Ela propôs que o restante das
263 pautas, como a questão de passagens, fosse discutido online se necessário. Ela agradeceu à Secretaria
264 Executiva do CNPIR e sugeriu que no dia seguinte um funcionário do Ministério estivesse presente
265 para auxiliar com as prestações de contas, assinaturas e bilhetes aéreos. A Vice-presidente e
266 Conselheira Maria Duarte (UNEGRO) sugeriu finalizar a parte da manhã da reunião plenária e que,
267 antes de saírem para o intervalo do almoço, os conselheiros e conselheiras se reunissem para
268 amadurecer as ideias e discutir a Comissão Organizadora e as Subcomissões, para o retorno no
269 período da tarde fosse mais eficiente e pudessem votar com celeridade. Finalizou propondo que os
270 trinta minutos antes do almoço fossem utilizados para votar o Requerimento da RAN, do qual todos

271 já tinham ciência, e a composição da Mesa Diretora. Em seguida, iniciado o regimento de votação
272 sobre o Requerimento da RAN, contabilizou-se 20 votos a favor, quatro abstenções e zero votos
273 contrários. Ato seguinte, leu proposta apresentada para composição da Mesa Diretora, cujas
274 indicações foram as seguintes: Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) para orçamento e controle;
275 Conselheira Mãe Tuca (CCIAO) para povos e comunidades tradicionais; Conselheiro Nuno Coelho
276 (APNs) para conselho e gestão; Conselheira Maria Julia (CUT) para ações afirmativas. A votação foi
277 aberta, permitindo que os conselheiros participassem tanto presencialmente quanto online. Após o
278 encerramento da votação, foi anunciado que a proposta da mesa diretora recebeu 25 votos a favor e
279 três abstenções. Em seguida, a Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO)
280 anuncio o encerramento dos trabalhos na parte matutina. A Vice-presidente e Conselheira Marina
281 Lais Duarte (UNEGRO) iniciou a reunião da tarde apresentando a Sra. Marlete Pereira de Quiroz, da
282 Associação Nacional das Vidas Ciganas, que fez uma apresentação sobre a dança cigana e a conexão
283 com os elementos da natureza. A Sra. Marlete Pereira de Queiroz explicou que os ciganos dançam
284 com os elementos da natureza: água, terra, ar e fogo. Ela destacou que as mulheres são simbolizadas
285 pelo movimento e energia da dança, enquanto os homens são os guardiões. Ela demonstrou como os
286 movimentos da dança captam a energia do céu e da terra, distribuindo-a para mudar os ambientes.
287 Ela mencionou que a dança trabalha com a energia do fogo para transformar coisas negativas em
288 positivas, trazendo a energia para todos. Ela também comentou sobre a perseguição histórica dos
289 ciganos, mencionando que nem nas igrejas eles podiam entrar, sendo acolhidos pela natureza. As
290 danças e reverências dos ciganos, portanto, estão profundamente ligadas à natureza. Ela fez uma
291 apresentação de Rumba Gitana, desejando que a energia dos elementos da natureza e de Deus
292 alcançasse a todos presentes. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO)
293 agradeceu a participação da Sra. Marlete e destacou a importância da luta do povo cigano,
294 especialmente das mulheres ciganas. Ela retomou a pauta do dia, mencionando a necessidade de
295 finalizar a votação da Comissão Organizadora da CONAPIR. Retomando o período da manhã, a
296 pedido de conselheiros e conselheiras que a procuraram e solicitaram que ela apresentasse relato de
297 conversa com a Secretaria Executiva-Adjunta do MIR, Ana Míria, recordou que, durante a discussão
298 sobre data proposta pela Coordenação Executiva para acontecer a 5ª CONAPIR, antes de entrar em
299 regime de votação, foi informada pela Secretaria Executiva-Adjunta do MIR de que não teria
300 condições da 5ª CONAPIR ser realizada na data proposta pelo CNPIR de 25 de julho de 2025. Relatou
301 que informou à Secretaria Executiva-Adjunta que o Pleno ainda estava discutindo a data e que a

302 Secretaria se irritou e se retirou da reunião de maneira desrespeitosa e sem dar satisfações ao Pleno.
303 Mencionou que, em diálogo fora das dependências da reunião, a Secretaria Executiva-Adjunta teria
304 dito que o Pleno decidiu o período de 25 a 29 de julho de 2025 apesar do alerta do MIR e que o
305 CNPIR enfrentaria problemas para executar a Conferência neste prazo, questionou se os conselheiros
306 e as conselheiras sabiam o que era período de defeso eleitoral e que os recursos dos meses de janeiro,
307 fevereiro e março são mais escassos. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte
308 (UNEGRO) relatou que teria respondido que o Pleno sabe o que é o defeso eleitoral e que a Secretaria
309 Executiva do CNPIR promoveu oficinas com os conselheiros para informá-los sobre questões
310 referentes às conferências nacionais de promoção da igualdade racial e preparar a todas e todos para
311 a 5ª CONAPIR. Finalizado o relato, ressaltou a necessidade de fortalecer a comunicação com o
312 Ministério da Igualdade Racial, mencionando que o CNPIR já havia aprovado uma data e tema,
313 constando de minuta de decreto apresentada à Casa Civil que foi restituída por aquele órgão sem
314 qualquer diálogo com o CNPIR. Ela relatou que foi solicitado pela sociedade civil a emissão de uma
315 nota de repúdio devido à falta de comunicação e consideração com o conselho. Sugeriu que o Pleno
316 deliberasse sobre a proposta de nota de repúdio e, se todos concordassem, em encaminhar a nota para
317 a Secretaria Executiva do CNPIR, para adoção das providências administrativas. A proposta foi
318 aprovada por unanimidade, tanto presencialmente quanto online. A Conselheira Byany Sanches
319 (RAN) destacou a importância da luta das mulheres negras, expressando indignação com a forma
320 como a vice-presidente foi tratada. Ela ressaltou a importância do trabalho realizado pelos
321 conselheiros na ponta, em especial na Amazônia, e enfatizou que o comportamento desrespeitoso é
322 inadmissível. Também ressaltou que os conselheiros são agentes de mobilização e transformação, e
323 não podem aceitar desrespeito, especialmente em espaços onde estão todos os seus pares. Ela
324 repudiou o comportamento ocorrido e pediu uma reflexão sobre a intervenção do governo no pleno.
325 A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) retomou a pauta, enfatizando a
326 necessidade de finalizar a discussão sobre a Comissão Organizadora da V CONAPIR. Mencionou a
327 presença do Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Yuri Silva,
328 que faria uma apresentação com informes da secretaria. Explicou que, devido à inversão da pauta, a
329 prioridade foi dada à CONAPIR, à Mesa Diretora, que já havia sido votada, e à coordenação do GT
330 dos Marcos Legais, para apresentação de proposta de mudança no regimento interno do CNPIR.
331 Relembrou a proposta de que a composição da Comissão Organizadora conte com nove membros e
332 das Subcomissões com nove membros cada. Recordou que a Comissão Organizadora seria composta

333 pela Ministra e Presidente do CNPIR, Vice-presidente e nove membros conselheiros titulares. Ela
334 destacou a necessidade de permitir que suplentes assumam quando os titulares não puderem
335 comparecer. Mencionou que a Secretaria Executiva do CNPIR acompanharia todas as reuniões da
336 Comissão Organizadora, que a Coordenação Executiva continuaria trabalhando junto com a
337 Comissão Organizadora e que as Subcomissões terão coordenadores para levar as propostas e
338 encaminhamentos. Informou que recebeu uma lista de conselheiros e conselheiras da sociedade civil
339 que se dispuseram a participar da Comissão Organizadora, sendo elas a CONEN, FONSANPOTMA,
340 MNU, Coalizão Negra por Direitos, Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Alma Preta,
341 Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoquiã, Rede Amazônia Negra e RENAFRO. Mencionou que seria
342 necessário um consenso em reduzir as representações, para que o Poder Público também compusesse
343 a Comissão Organizadora, a ser composta por cinco representantes da sociedade civil e quatro do
344 poder público. O Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) solicitou que fosse colocado em votação esta
345 proposta de composição antes da discussão dos nomes. A Vice-presidente e Conselheira Maria Duarte
346 (UNEGRO) acatou o pedido de encaminhamento e abriu votação para a composição da Comissão
347 Organizadora da V CONAPIR com cinco representantes da sociedade civil e quatro do poder público,
348 de modo que se contabilizou 23 (vinte e três) votos favoráveis, zero votos contrários e zero
349 abstenções. Ato seguinte, abriu para indicações. A Conselheira Camilla Kely Pacheco (MCom) se
350 colocou à disposição para compor à Subcomissão de Comunicação. A Conselheira Daniela Luciana
351 (MIDR) relatou estar na organização da Marcha Nacional das Mulheres Negras e que seria inviável
352 participar da Comissão Organizadora da V CONAPIR. O Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) se
353 colocou à disposição para compor a Subcomissão de Articulação e a Comissão Organizadora da V
354 CONAPIR. A Conselheira Ana Carolina Souza (MDS) se colocou à disposição para participar na
355 Subcomissão de Metodologia. O Conselheiro Anderson Quack (MPO) se colocou à disposição para
356 compor a Subcomissão de Comunicação e a Comissão Organizadora da V CONAPIR. A Conselheira
357 Marilda Cohen (MCID) se colocou à disposição para compor a Subcomissão de Metodologia. A Vice-
358 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) reiterou que Comissão Organizadora e
359 subcomissões são diferentes e cada membro precisa estar ciente de suas funções. Ela enfatizou a
360 necessidade de compor a Comissão Organizadora com nove pessoas e continuou esclarecendo a
361 distinção entre as funções na Comissão Organizadora e nas Subcomissões. Informou que as entidades
362 da sociedade civil apresentaram um consenso sobre quais organizações comporiam a Comissão
363 Organizadora da V CONAPIR, sendo elas o Movimento Negro Unificado (MNU), a Coalizão Negra

364 por Direitos, o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Instituto Alma Preta Jornalismo e
365 FONSANPOTMA. A Conselheira Andreia Amorim (SG/PR) se colocou à disposição para compor a
366 Subcomissão de Articulação e a Comissão Organizadora da V CONAPIR. A Vice-presidente e
367 Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) sintetizou que, pelo poder público, colocaram-se à disposição
368 os conselheiros Marcos Faria, Camilla Kely Pacheco, Anderson Quack e Andreia Amorim Dias. Em
369 seguida, abriu a votação e o pleno aprovou a nova configuração da Comissão Organizadora da 5ª
370 CONAPIR com unanimidade. Ato seguinte, passou a palavra ao Secretário do SENAPIR. O
371 Secretário Yuri Silva começou sua fala agradecendo à vice-presidente e aos presentes, destacando a
372 importância do CNPIR para garantir a participação e o controle social das políticas de igualdade
373 racial. Ele mencionou a honra de estar nessa função e a necessidade de seguir os ritos políticos e
374 ancestrais para garantir uma gestão eficaz. Ele ressaltou a honra de suceder a Sra. Ieda Leal na
375 Secretaria de Gestão do SINAPIR, reconhecendo sua trajetória e contribuição para o movimento
376 negro, a educação pública e o sindicalismo brasileiro. Ele destacou a importância de fortalecer os
377 conselhos nos municípios e estados, enfatizando a necessidade de uma gestão intersetorial e
378 intergovernamental que inclua a participação social. Mencionou algumas das iniciativas que pretende
379 implementar, como a revisão da base legal da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
380 (PNPIR) e a publicação de um novo decreto presidencial ainda em 2024. Outro ponto abordado foi a
381 discussão do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que será fruto da 5ª conferência e um
382 legado da atual gestão. Ele mencionou os esforços para dialogar com os gestores do Rio Grande do
383 Sul e fortalecer as políticas de atendimento às vítimas de emergências climáticas, fruto do racismo
384 ambiental. Ele também destacou a importância de transferir recursos diretamente para os municípios
385 e estados para fortalecer o sistema. Ele finalizou reiterando a importância do CNPIR para as políticas
386 de igualdade racial no Brasil, agradecendo pela recepção calorosa e pedindo bênçãos aos presentes,
387 comprometendo-se a continuar trabalhando pela promoção da igualdade racial no país. Em seguida,
388 passou a palavra à Diretora Isadora Bispo (DAI/SENAPIR) para complementações. A Diretora
389 Isadora Bispo destacou a importância da participação da sociedade civil no fortalecimento SINAPIR.
390 Ela propôs criar um caminho de comunicação e diálogo direto com os conselhos regionais para apoiar
391 a estruturação e ampliação do SINAPIR. Ela ressaltou que o SINAPIR e o CNPIR são
392 interdependentes e que a colaboração dos conselheiros é fundamental para o sucesso do sistema. Ela
393 sugeriu apresentar, na próxima reunião, um histórico do SINAPIR, sua evolução, funcionamento dos
394 grupos e como os conselheiros podem colaborar no processo de ampliação. Ela pediu a aprovação

395 dos presentes para incluir essa apresentação na agenda da próxima reunião, com o objetivo de
396 envolver todos na construção conjunta do SINAPIR, base do Estatuto da Igualdade Racial. O
397 Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) iniciou sua fala parabenizando o Secretário pela nomeação
398 em um cargo tão importante e elogiando sua primeira interação com o Conselho Nacional de
399 Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Ele ressaltou o legado ancestral de sua capacidade de
400 articular uma gestão integrada entre sociedade civil e governo. Ele destacou a importância de o
401 Secretário Yuri Silva trazer esperança para o movimento negro, enfatizando a necessidade de uma
402 gestão que promova a igualdade racial e combata o racismo, valorizando todos os segmentos étnicos
403 da população brasileira. Ele propôs a criação de uma Câmara Temática de Promoção da Igualdade
404 Racial no Consórcio Nordeste, visando fortalecer as lutas e conquistas do movimento negro. Ele
405 finalizou sua fala reafirmando a confiança na SENAPIR e na equipe, e reiterou o compromisso de
406 trabalhar juntos para construir a promoção da igualdade racial no Brasil. O Conselheiro Airton
407 Ferreira (Coalizão Negra por Direitos) destacou a importância de mapear a presença de conselhos,
408 secretarias e coordenações de igualdade racial em nível estadual e municipal, ressaltando a falta de
409 compromisso do poder público em muitos lugares. Ele enfatizou a necessidade de fortalecer esses
410 conselhos e coordenações para melhorar a implementação das políticas de igualdade racial. A
411 Conselheira Rosa Negra (MNU) expressou seu apreço pelo Secretário Yuri Silva e agradeceu por
412 honrar a memória e o trabalho da Sra. Ieda Leal, uma figura significativa no movimento negro e
413 sindical. Ela ressaltou a necessidade urgente de estratégias para fortalecer e implementar conselhos
414 de promoção da igualdade racial em localidades que ainda não existem, especialmente considerando
415 a proximidade da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Ela também pediu uma
416 maior aproximação e comunicação entre a Secretaria e o Conselho, para que os conselheiros estejam
417 mais informados e possam protagonizar as ações nos estados. O Conselheiro Anderson Quack (MPO)
418 expressou sua alegria em receber o Secretário Yuri Silva no Conselho e no governo, reconhecendo a
419 importância de continuar o trabalho iniciado por seus predecessores. Ele destacou a importância da
420 participação no processo de eleição do CNPIR e a luta para fortalecer os ministérios em um período
421 de reestabelecimento. A Conselheira Daniela Luciana (MIDR) saudou o Secretário Yuri Silva,
422 elogiando sua rápida iniciativa de falar com o conselho após assumir o cargo. Ela destacou a
423 importância de maior articulação política entre os conselheiros do governo, mencionando que a única
424 presença constante do governo no conselho tem sido da equipe da Secretaria Executiva do CNPIR.
425 Ela ainda enfatizou a necessidade de comunicação eficiente e articulação política dos representantes

do governo no conselho, pedindo para que ele ajude a melhorar essa situação. A Conselheira Valdice Gomes (APNs) expressou sua felicidade pela nomeação do Secretário Yuri Silva, destacando sua militância. Ela mencionou a importância da comunicação entre os gestores estaduais e municipais, relatando dificuldades enfrentadas em Alagoas, onde atua no conselho estadual. Ela também ressaltou a necessidade de criação e fortalecimento dos conselhos municipais, especialmente em anos eleitorais, e a importância de capacitação para os conselheiros. A Conselheira Byany Sanches (RAN) destacou a importância do SINAPIR para a gestão municipal e estadual, mencionando exemplos do Pará. Ela propôs que se faça um levantamento para entender como o sistema está operando nos estados e sugeriu a criação de recomendações para os estados e municípios. Ela enfatizou a importância de garantir equipes adequadas para a implementação das políticas de igualdade racial. O Conselheiro Danilo Moura (CCIAO) expressou sua alegria com a indicação do Secretário Yuri Silva e destacou o compromisso com o enfrentamento racial, tanto como estudante quanto em sua carreira como jornalista na Bahia. Ele parabenizou o Secretário Yuri Silva pelo gesto de estar presente na reunião e mencionou o esforço do Conselheiro Igor dos Prazeres, que tem uma longa trajetória no debate sobre a Câmara Técnica da Igualdade Racial. A Conselheira Carlene Printes (MALUNGU) trouxe à tona a questão da emergência climática, destacando a situação crítica no Sul e a necessidade de prevenção para o Norte. Ela mencionou a estiagem do ano passado e como a água não subiu o suficiente, resultando em água insalubre para consumo. Ela enfatizou a falta de acesso à água de qualidade na região amazônica e pediu que o debate sobre estratégias de prevenção fosse iniciado para evitar situações críticas similares à do Sul nos próximos meses. O Secretário Yuri Silva agradeceu as palavras dos conselheiros e destacou que as demandas apresentadas se tornam tarefas para sua gestão como secretário da SENAPIR. Ele enfatizou a importância da articulação intergovernamental, afirmando que o SENAPIR não deve ser visto apenas como um sistema interfederativo, mas também fortemente intergovernamental. Ele ressaltou a necessidade de diálogo com outros ministérios para garantir que as políticas cheguem aos municípios e estados, destacando o papel do Ministério da Igualdade Racial como um órgão articulador. Ele mencionou a necessidade de fortalecer as gestões locais e a participação social, apontando a Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação (DAMGI/SENAPIR) como responsável pela capacitação dos conselhos e gestores. Ele reiterou seu compromisso de estar presente nas reuniões do conselho, pessoalmente ou representado, reforçando a importância de fortalecer o conselho como uma tarefa da gestão da ministra Sra. Anielle Franco. Retomando de um rápido intervalo, a Vice-presidente e

457 Conselheira Marina Laís Duarte (UNEGRO) e a Secretária-Executiva Adjunta do MIR, Ana Mária
458 Carinhonha, compuseram à mesa para esclarecer o ocorrido na parte da manhã. O Conselheiro Igor
459 dos Prazeres (CONEN) falou sobre o Grupo de Trabalho (GT) de Marcos Legais, que teve quatro
460 convocações para reuniões, mas enfrentou dificuldades em realizar algumas delas. Ele apresentou
461 uma recomendação para fortalecer os processos democráticos e representativos do poder popular,
462 propondo que o CNPIR se torne um órgão de caráter deliberativo com mandato trienal para os
463 conselheiros. Ele destacou a importância de aumentar a interseccionalidade entre governo e sociedade
464 civil e pediu ao pleno que votasse a recomendação e a prorrogação do GT por mais 06 (seis) meses
465 para continuar o trabalho de revisão do regimento interno. A Secretária Executiva do CNPIR, Larissa
466 Santiago, agradeceu ao grupo pelo excelente trabalho e sugeriu que o GT considerasse o Decreto
467 12.002/2024, que trata das normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação dos atos
468 normativos, especialmente o capítulo sobre colegiados e conselhos criados por lei. Ela sugeriu a
469 extensão do trabalho do GT para garantir que a nova regulamentação estivesse alinhada com o
470 decreto, facilitando uma aprovação mais rápida e menos onerosa na Casa Civil. O Conselheiro Igor
471 dos Prazeres (CONEN) reiterou o pedido de extensão de 6 (seis) meses para o GT de Marcos Legais
472 devido aos trâmites burocráticos envolvidos na elaboração de decretos e portarias. Ele destacou que
473 o Conselho não tem o poder de elaborar decretos, mas pode recomendar a elaboração de normas
474 legais. Ele enfatizou que a recomendação visa tornar o CNPIR um órgão deliberativo, com um
475 mandato trienal para os conselheiros, fortalecendo tanto os ministérios quanto as entidades da
476 sociedade civil. Ele mencionou a importância de cumprir princípios como legalidade, impessoalidade,
477 moralidade, publicidade e eficiência. A Vice-presidente e Conselheira Marina Laís Duarte
478 (UNEGRO) abriu a votação para a recomendação de tornar o Conselho um órgão deliberativo, com
479 mandato trienal, e estender o mandato do GT de Marcos Legais por mais seis meses. A proposta foi
480 aprovada por unanimidade. Em seguida, agradeceu a votação e concluiu os pontos de pauta definidos
481 como prioritários. Ela mencionou que ainda há tempo para discutir os requerimentos e recomendações
482 enviados ao Conselho e ver se é possível abordar outros assuntos que surgirem. A Secretária
483 Executiva Adjunta do MIR, Ana Mária, começou sua fala pedindo desculpas pela interrupção e
484 esclarecendo que não queria tornar a situação constrangedora. Ela mencionou que foi citada
485 nominalmente e que havia insatisfação com suas declarações anteriores. Ela explicou que, no período
486 da manhã, apenas sugeriu a possibilidade de estender o mandato, apresentando a resolução pertinente.
487 Argumentou que teve um limite de tempo para participar da reunião, até às 11hrs, devido a outros

488 compromissos e comunicou a Diretora Isadora Bispo, que estava na mesa, sobre sua necessidade de
489 sair. Reforçou que veio prestar esclarecimentos específicos sobre o PRODOC com o PNUD, e que
490 não sabia se isso havia sido discutido na reunião. Ela relatou que, após a reunião, foi abordada pela
491 Vice-presidente e Conselheira Marina Duarte, que anotou seu telefone para continuar a conversa. Ela
492 enfatizou sua preocupação com os prazos curtos para as atividades estaduais e municipais da V
493 CONAPIR, mas reconheceu a decisão do Conselho. Ela se colocou à disposição para continuar o
494 diálogo e mencionou as dificuldades enfrentadas pelo Ministério, como problemas de organização da
495 agenda e nomeações recentes. Concluiu dizendo que não queria ser autoritária e que estava aberta a
496 discutir qualquer questão que tenha causado descontentamento. A Vice-presidente e Conselheira
497 Marina Duarte (UNEGRO) respondeu que, na ocasião, durante a votação, a Secretária Ana Mária
498 mencionou a ela que a data de 25 de julho provavelmente teria que ser mudada, e que teria respondido
499 que o ponto levantado pela Secretária Ana Mária ainda estava em discussão e não havia sido
500 deliberado. Ela destacou a importância de respeitar o pleno e aguardar a finalização dos pontos de
501 pauta antes de sair da reunião. Ela explicou que sua intenção era manter a integridade do processo e
502 que suas ações foram baseadas em percepções e comunicações recebidas de outros conselheiros.
503 Ainda reafirmou que está comprometida com a deliberação do pleno e com a continuidade do diálogo.
504 A Secretária Ana Mária respondeu afirmando que sua versão dos eventos é diferente. Ela explicou
505 que mencionou a possibilidade de mudança na data devido à Marcha Nacional das Mulheres Negras,
506 mas não teve a oportunidade de discutir plenamente antes de sair. Ela também negou ter questionado
507 o conhecimento da Vice-presidente e conselheira Marina Duarte sobre o período eleitoral e esclareceu
508 que estava preocupada com o prazo. Ela lamentou que uma conversa privada entre elas tenha sido
509 trazida à plenária de forma mal interpretada. Reafirmou seu respeito pelo Conselho e mencionou que
510 o Ministério continua à disposição para trabalhar em conjunto. Ela informou que, desde sua saída,
511 foram realizadas reuniões para tratar das questões levantadas e que espera que as atividades do
512 conselho sigam conforme planejado. O Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) lamentou a situação,
513 destacando a importância de uma postura democrática e reconhecendo o valor do pedido de desculpas.
514 Ele elogiou a iniciativa da Secretária Ana Mária de vir explicar a situação, ressaltando a importância
515 de comunicação e compromisso dentro do conselho. Ele acredita que uma solução positiva pode ser
516 alcançada e que é importante seguir as decisões do plenário. O Conselheiro Igor dos Prazeres
517 (CONEN) reforçou que embora o ocorrido seja relevante, as decisões do plenário já foram tomadas
518 e devem ser respeitadas. Ele destacou a necessidade de seguir o regimento interno, que determina as

519 regras de participação nas sessões do plenário, garantindo a ordem e a democracia interna. A
520 Conselheira Zelia Amador (Notório-saber) lamentou a situação, reconhecendo a coragem da
521 Secretária Ana Mária ao vir prestar esclarecimentos. Ela destacou a importância de ouvir todos os
522 lados antes de tomar decisões para evitar uma votação parcial. A Vice-presidente e Conselheira
523 Marina Lais Duarte (UNEGRO) enfatizou que todos têm um compromisso com o conselho. Ela
524 ressaltou a importância de resolver os assuntos no momento certo e reiterou que a votação foi
525 solicitada pelo pleno, portanto, será encaminhada conforme decidido. A Conselheira Maria Júlia
526 (CUT) expressou compreensão pelos debates acalorados e elogiou a disposição da Secretária Ana
527 Mária em vir esclarecer a situação. Ela propôs retirar a nota de repúdio para evitar criar um clima
528 negativo e enfatizou a importância de manter uma boa relação com o Ministério da Igualdade Racial
529 para a organização da conferência, sugerindo resolver a questão de forma a manter a colaboração
530 necessária para o trabalho futuro do conselho. A Conselheira Deuzilia Pereira (Grupo de Mulheres
531 Negras Dandara do Cerrado) expressou que é contra a retirada da proposta da nota de repúdio. Ela
532 ressaltou que, ao fazê-lo, estariam questionando a credibilidade da Vice-presidente e Conselheira
533 Marina, que havia relatado a situação. Afirmou que, embora possam ter cometido um erro ao não
534 ouvir ambos os lados, a decisão já havia sido tomada e que retirar a proposta poderia criar um
535 precedente perigoso. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) explicou que
536 a nota de repúdio foi discutida devido ao desrespeito ao pleno do conselho e que a decisão foi tomada
537 para registrar esse desrespeito. A Conselheira Daniela Luciana (MIDR) argumentou que o ponto
538 central não era pessoal, mas institucional. Ela destacou que foi a falta de respeito ao pleno e à vice-
539 presidência que motivou a moção, e que permitir esse tipo de interferência do Ministério
540 comprometeria a legitimidade e a seriedade do conselho. A Conselheira Zelia Amador (Notório-
541 saber) destacou que o ocorrido deve servir como aprendizado para futuras deliberações. A
542 Conselheira Elaine Toledo (Alma Preta) sugeriu que o problema é maior do que apenas o incidente
543 com a Secretária Ana Mária. Ela criticou a ausência do governo nas reuniões do conselho e destacou
544 a importância de um acompanhamento constante por parte do Ministério da Igualdade Racial. Ela
545 propôs que a nota de repúdio deveria ser direcionada à falta de acompanhamento do governo, em vez
546 de personalizar a questão com a Secretária Ana Mária. Devido a outras agendas da Secretária, a Vice-
547 presidente e Conselheira Marina Duarte (UNEGRO) agradeceu a presença da Secretária Ana Mária.
548 O Conselheiro Danilo Moura (CCIAO) sugeriu que o texto da nota de repúdio seja despersonalizado
549 e que contemple, também, a recomendação para que o poder público esteja mais presente nas

550 reuniões, de modo a unificar em apenas um documento. Sugeriu que poderia escrever o texto em
551 conjunto com a Conselheira Elaine Todelo, caso haja concordância. O Conselheiro Anderson Quack
552 (MPO) esclareceu que a percepção sobre a nota de repúdio foi baseada em um relato de caso de
553 assédio moral, que foi o que direcionou o seu voto, e que em nenhum momento personalizou os
554 envolvidos. Argumentou que o entendimento foi de que não se pode compactuar, de forma alguma,
555 com assédio, e que o governo federal, no âmbito da CGU, tem trabalhado frontalmente com esse
556 assunto, de modo que situações de assédio não ocorram nos espaços de governo. Expressou sua
557 discordância com a menção ao Ministério na nota e que constar em ata a insatisfação do conselho em
558 relação ao ministério é algo paralelo à nota aprovada. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais
559 Duarte (UNEGRO) agradeceu e explicou que a questão discutida foi sobre o comportamento que ela
560 considerou desrespeitoso durante a reunião. Ela encerrou afirmando que a questão central é o
561 desrespeito ao pleno e sugeriu um encaminhamento para formalizar a nota de repúdio juntamente
562 com uma recomendação para que o Ministério acompanhe melhor as reuniões do conselho. O
563 Conselheiro Wanderson do Nascimento (Notório-saber) expressou preocupação com a recorrente
564 falta de comunicação e a acumulação de insatisfações que geram conflitos nas reuniões. Ele destacou
565 a importância de abordar essas questões para manter um funcionamento saudável do conselho e
566 mencionou um erro de comunicação sobre a data de uma Marcha, que contribuiu para a confusão. A
567 Conselheira Daniela Luciana (MIDR) refletiu que o problema principal é o descaso do Ministério e
568 outros órgãos envolvidos. Ela sugeriu que a nota de repúdio enfatizasse a necessidade de presença
569 constante de representantes do Ministério nas reuniões do conselho. Ela também destacou a
570 importância de respeitar o regimento que exige a presença da titular do Ministério. A Vice-presidente
571 e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) sintetizou a decisão de que o Conselheiro Danilo
572 Moura (CCIAO) faria a escrita da nota e apresentaria para revisão e deliberação pelo Conselho. A
573 Secretária Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, anunciou que a Diretora Paula Balduino estava
574 presente para apresentar o Programa Aquilomba Brasil e a construção da Política Nacional de Povos
575 Ciganos. Ela também destacou a necessidade de votar a indicação de 6 (seis) conselheiros para a
576 reunião do Fórum Interconselhos em julho de 2024. Ela enfatizou a importância de resolver essas
577 questões antes do término da reunião, visto que a próxima reunião seria extraordinária com pauta
578 única. A Conselheira Bruna Ravena (FONATRANS) destacou a dificuldade de diálogo com o
579 Ministério e a Ministra, enfatizando a necessidade de uma agenda para fortalecer a articulação política
580 e institucional para a população de travestis e transsexuais negros e negras. Ela propôs a realização

581 de uma ação em Brasília sobre transracismo ambiental em julho, solicitando apoio do Ministério da
582 Igualdade Racial (MIR) e do SENAPIR para financiar a participação de 20 (vinte) estudiosos do tema,
583 incluindo passagens e diárias. Ela mencionou a importância do apoio devido à relevância do tema
584 para essas populações e reiterou a necessidade de uma resposta às solicitações feitas anteriormente à
585 Ministra. Ela pediu que o SENAPIR aprovasse o apoio solicitado e encaminhou o pedido formal,
586 prometendo apresentar o ofício da solicitação para viabilizar a tramitação e a participação dos
587 estudiosos. Foi aberta a votação para o requerimento da Conselheira Bruna Ravena. Por unanimidade
588 foi aprovado pelo conselho o requerimento de apoio. Ato seguinte, a Vice-presidente e Conselheira
589 Marina Duarte (UNEGRO) convidou a Diretora Paula Balduino para informes. A Diretora Paula
590 Balduino agradeceu a oportunidade de dialogar e destacou o trabalho realizado pela Diretoria de
591 Políticas para Quilombolas e Ciganos dentro do Ministério da Igualdade Racial. Sobre a pauta
592 quilombola, ela ressaltou a criação do Programa Aquilomba Brasil, que retoma e amplia os objetivos
593 do antigo Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004. Esse novo programa é baseado nas
594 recomendações da CONAC apresentadas em 2022. Os principais objetivos do Aquilomba Brasil
595 incluem a regularização dos territórios quilombolas e a implementação da Política Nacional de Gestão
596 Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), decretada pelo Presidente Lula em novembro de
597 2023. Em relação à pauta cigana, ela mencionou o processo de elaboração de uma normativa
598 institucional para políticas para povos ciganos. Diferente dos quilombolas, os ciganos são pouco
599 atendidos pelo Estado, então foi necessário um processo de escuta nos territórios ciganos para ajustar
600 as políticas às suas necessidades reais. Esse processo resultou na Caravana Brasil Cigano, que visitou
601 várias regiões do Brasil para ouvir as demandas da comunidade. O documento de política pública foi
602 ajustado com base nessas escutas e está pronto para ser publicado, aguardando apenas a agenda do
603 Presidente Lula. Ela destacou a importância do CNPIR, que indicou representantes para o Comitê
604 Gestor do Aquilomba Brasil e que continuará a ser um parceiro fundamental na implementação das
605 políticas. Ela expressou a disposição de sua diretoria para colaborar e reconheceu as limitações de
606 pessoal e recursos do ministério. Por fim, reforçou o compromisso da diretoria com a participação
607 ativa e contínua nos processos e pediu compreensão para a ausência em algumas reuniões devido às
608 múltiplas responsabilidades e ao volume de trabalho. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais
609 Duarte (UNEGRO) agradeceu à diretora Paula Balduino pela presença e pelos informes. Em seguida,
610 informou sobre a necessidade de agendar a próxima Reunião Extraordinária, que será virtual, para
611 definir a participação no Fórum Interconselhos que está agendada para 11 de julho. Foi decidido que

612 a Reunião Extraordinária será no dia 4 de junho, às 9h da manhã, para que haja tempo hábil para a
613 emissão das passagens até o dia 11 de julho. A Secretária Executiva do CNPIR, Larissa Santiago,
614 esclareceu os critérios para a indicação dos 6 (seis) conselheiros para a reunião do Fórum
615 Interconselhos, que incluem paridade de gênero, cota étnico-racial e representatividade regional. O
616 Conselheiro Marcos Faria (CC/PR) informou que o CNPIR terá duas representantes na COP 29, as
617 conselheiras Elaine e Carlene, como observadoras, e solicitou que sejam feitas gestões para que elas
618 fossem credenciadas como representantes do governo, permitindo uma participação mais plena nas
619 rodadas de negócios e nos debates. Ele pediu que essa questão seja discutida na próxima reunião. A
620 Conselheira Elaine Toledo (Alma Preta) mencionou que os custos da viagem da Conselheira Carlene
621 Printes (MALUNGU) ainda não foram cobertos, ao contrário da viagem do Alma Preta, e solicitou
622 apoio do Conselho para financiar as despesas da Conselheira Carlene Printes para a COP 29. O pedido
623 de apoio foi aprovado com unanimidade pelo Pleno. A Secretaria Executiva do CNPIR, Larissa
624 Santiago, informou que a COP 29 será no Azerbaijão, em novembro, e que até lá o Pleno teria
625 condições de montar uma pauta para encaminhar ao Ministério. Em seguida, a Vice-presidente e
626 Conselheira Maria Duarte (UNEGRO) convidou os representantes do Instituto do Clima para
627 apresentar a proposta de Pesquisa Nacional Participa Clima. A Sra. Naira Santa Rita, fundadora e
628 diretora executiva do Instituto do Clima, iniciou sua fala destacando que é uma sobrevivente
629 deslocada climática de Petrópolis. Informou que, na Câmara dos Deputados, foi apresentada a
630 iniciativa Pesquisa Nacional Participa Clima, que surgiu como uma demanda da sociedade civil. O
631 objetivo é realizar um mapeamento nacional de dados para embasar políticas públicas no
632 enfrentamento ao racismo ambiental e à crise climática. Ela solicitou o apoio dos conselheiros para
633 que a pesquisa alcance as comunidades mais afetadas, como negras, indígenas, quilombolas, mulheres
634 e crianças. O Sr. Matheus, também fundador e diretor executivo do Instituto do Clima, complementou
635 a fala da Sra. Naira. Ele explicou que a Pesquisa Participa Clima é uma iniciativa de participação
636 social envolvendo o governo federal, organizações da sociedade civil e o poder legislativo. O objetivo
637 é construir uma articulação nacional para mensurar dados sobre racismo ambiental e adaptação
638 climática justa. Ele mencionou que até o dia 18 de junho coletarão contribuições através de um
639 formulário. A partir de 25 de junho, a pesquisa será lançada na plataforma Participa Mais Brasil para
640 diálogo com a sociedade. Ele pediu o apoio formal das organizações representadas pelos conselheiros
641 para construir essa conexão com a base. Ambos enfatizaram a importância de participação e
642 colaboração para o sucesso da iniciativa, visando criar políticas públicas informadas e efetivas no

643 combate ao racismo ambiental e adaptação climática. A Conselheira Daniela Luciana (MIDR)
644 solicitou que mandem o formulário para ela, encarregando-se de repassar para todos do CNPIR. A
645 Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO) agradeceu a presença do Instituto
646 DuClima e concluiu a reunião abordando os pedidos de requerimento de informação pendentes pelos
647 conselheiros, que seriam debatidos no dia seguinte. Assim, finalizou-se o primeiro dia da 86ª Reunião
648 Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

649 No dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e trinta minutos, no Edifício
650 Sede I – Banco do Brasil, Torre Norte, 15º Andar, Sala de Videoconferência 2, iniciou-se o segundo
651 dia da 86ª Reunião Ordinária do CNPIR. O dispositivo de honra fora composto pela Vice-presidente
652 e Conselheira Marina Lais Duarte (UNEGRO), que iniciou sua intervenção destacando a importância
653 de manter as discussões do conselho restritas e bem-organizadas. Ela mencionou que, apesar de
654 muitas sugestões e dicas compartilhadas, o avanço mais significativo da reunião foi reconhecer a falta
655 de presença do Ministério da Igualdade Racial nas reuniões do conselho. Ela enfatizou a necessidade
656 de ter um representante constante do ministério nas reuniões, especialmente nas reuniões executivas.
657 Ela ressaltou que, mesmo com a agenda lotada da ministra, é essencial ter alguém acompanhando as
658 atividades do conselho para garantir a comunicação eficaz e a tomada de decisões. Ela comentou
659 sobre a importância de organizar a estrutura interna do conselho, evitando ruídos e conversas paralelas
660 que possam causar desentendimentos. O objetivo é garantir uma evolução positiva nas reuniões e nas
661 ações do conselho. Finalizou a fala convidando a Sra. Mônica Oliveira e a Sra. Magali Naves para
662 suas apresentações sobre metodologia da V CONAPIR e pautas internacionais, respectivamente,
663 dando continuidade à agenda da tarde. A Sra. Monica Oliveira, começou relatando sua trajetória no
664 movimento negro e na gestão pública, incluindo seu trabalho com a Ministra Luísa Bairros. Ela
665 compartilhou sua experiência na organização de conferências nacionais de igualdade racial,
666 destacando a importância de conectar a sociedade civil com o governo. Ela apresentou um histórico
667 das conferências anteriores, especialmente a terceira CONAPIR, realizada em 2013, explicando seu
668 tema, "Democracia e Desenvolvimento sem Racismo por um Brasil Afirmativo", e os objetivos, que
669 incluíam avaliar políticas de igualdade racial, propor novas recomendações e fortalecer a
670 institucionalização do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). Ela detalhou
671 o processo de organização da conferência, incluindo a convocação, a elaboração do regimento e a
672 participação de estados e municípios. Ela ressaltou a importância de garantir a participação de
673 segmentos minoritários, como os povos ciganos e quilombolas, através de plenárias específicas. Ela

674 também falou sobre os desafios enfrentados, como a necessidade de contratar consultorias para
675 elaboração e sistematização de propostas e a dificuldade de lidar com equipes que não tinham
676 conhecimento profundo sobre políticas de igualdade racial. Ela enfatizou a importância de ter um
677 sistema de propostas e monitoramento para acompanhar a implementação das resoluções da
678 conferência e a necessidade de uma abordagem didática para garantir a qualificação dos participantes
679 no processo conferencial. Ela concluiu destacando a importância de um processo participativo,
680 qualificado e avaliativo para a 5ª CONAPIR, recomendando que se avaliem os avanços e desafios
681 das políticas anteriores para garantir um debate mais fundamentado e produtivo. O Conselheiro
682 Anderson Quack (MPO) informou que, em futuras conferências, a SECOM deve ser convidada
683 devido ao seu trabalho com acessibilidade na comunicação. Ele ressaltou a importância de se
684 antecipar em relação a isso e elogiou a apresentação da Sra. Mônica, destacando a necessidade de
685 aprender com conferências anteriores para aprimorar as futuras. A Conselheira Bruna Ravena
686 (FONATRANS) enfatizou a importância de considerar raça, gênero e diversidade nas conferências,
687 incluindo grupos específicos como comunidades trans, LGBT, ciganos e quilombolas. Ela destacou
688 que esses grupos muitas vezes são atropelados por grandes demandas e pediu que se pense na inclusão
689 desses recortes nas recomendações para a quinta CONAPIR. Ela também ressaltou a necessidade de
690 trabalhar a acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo pessoas negras com deficiência,
691 nas conferências. A Conselheira Byany Sanches (RAN) destacou os desafios enfrentados nas
692 conferências anteriores devido à falta de compromisso dos gestores estaduais. Ela mencionou a
693 necessidade de uma provocação mais incisiva por parte do Ministério da Igualdade Racial (MIR) para
694 garantir a participação dos estados. Ela compartilhou a importância de ter decretos oficiais dos
695 governadores e prefeitos para assegurar a logística e a participação das populações indígenas,
696 quilombolas e ribeirinhas. Ela sublinhou a necessidade de um documento oficial para evitar atrasos e
697 garantir que as conferências sejam realizadas de maneira eficaz. O Conselheiro Wanderson do
698 Nascimento (Notório-saber) agradeceu a Sra. Mônica pela apresentação e destacou a importância de
699 como o texto base do Conselho pode subsidiar as conferências municipais e estaduais. Ele mencionou
700 que algumas conferências já foram realizadas sem esse texto base, o que é um ponto a ser resolvido.
701 Ele enfatizou a necessidade de criar o texto base e renegociar com estados e municípios que já fizeram
702 conferências, para alinhar as propostas com o tema da conferência nacional. Ele questionou como foi
703 a relação entre o conselho e a consultoria na construção do texto base nas conferências anteriores. O
704 Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) reforçou a necessidade de estimular estados e municípios a

705 realizarem suas conferências, destacando a importância da informação sobre a data da conferência
706 nacional. Ele mencionou as dificuldades enfrentadas nos últimos seis anos devido aos governos
707 antidemocráticos e a importância de criar estratégias para garantir a realização das conferências
708 estaduais e municipais. Ele sugeriu que a Casa Civil e outras entidades interfederativas poderiam
709 dialogar e estimular os estados, possivelmente utilizando incentivos fiscais como estímulo para a
710 realização das conferências. Ele também ressaltou a importância do diálogo com conselhos estaduais
711 e mencionou que em Pernambuco o conselho estadual precisa ser reconstruído para viabilizar a
712 conferência. Por fim, destacou a relevância da Reunião Interconselhos para discutir essa pauta e
713 garantir a sua inclusão na ordem do dia. A Conselheira Rosa Negra (MNU) elogiou a apresentação e
714 ressaltou o desafio que será para os estados e municípios que já realizaram suas conferências, como
715 Rondônia, que já fez até a conferência estadual. Ela questionou como será a orientação para esses
716 estados, se o mesmo texto base será enviado ou se serão necessárias conferências livres. Ela destacou
717 a dificuldade de realinhar essas conferências já realizadas com os novos critérios e a necessidade de
718 uma abordagem dupla para estados que já retiraram seus delegados. Ela enfatizou que a comissão
719 organizadora tem um grande desafio pela frente para dialogar com diferentes realidades. O
720 Conselheiro Danilo Moura (CCIAO) agradeceu a apresentação e destacou a importância das
721 conferências como método inovador. Ele apontou um problema recorrente de que as propostas das
722 conferências anteriores muitas vezes não são implementadas, gerando um sentimento de frustração.
723 Ele sugeriu que, antes de dar novos passos, é fundamental conferir o que foi feito anteriormente,
724 avaliar o que foi implementado e o que ainda é necessário. Ele propôs a criação de um mecanismo ou
725 processo para essa avaliação, para conferir o avanço das políticas públicas oriundas das conferências
726 passadas e assim dar mais ânimo aos participantes. A Conselheira Zélia Amador (Notório-saber)
727 agradeceu a Sra. Mônica pela apresentação e reconheceu que o trabalho será árduo, especialmente
728 em estados que já realizaram suas conferências. Ela ressaltou a necessidade de adequar as
729 conferências já realizadas ao novo texto base que será elaborado. Ela sugeriu que, onde as
730 conferências ainda não ocorreram, o processo deve começar imediatamente. Ela propôs a realização
731 de uma mesa ou painel na conferência nacional para apresentar um retrato do que o Estado brasileiro
732 tem feito até agora para combater o racismo e eliminar a discriminação racial, oferecendo uma forma
733 de acerto de contas e avaliação do progresso. O Conselheiro Airton Ferreira (Coalizão) destacou a
734 importância de trazer propostas ao Congresso para garantir que as etapas sejam cumpridas. Ele
735 mencionou a preocupação com os recursos, especialmente considerando a realidade de transição de

736 governo, onde muitas vezes os arquivos e informações são levados, dificultando a continuidade. Ele
737 enfatizou a necessidade de um decreto para a realização das conferências municipais até maio do
738 próximo ano, seguido das estaduais e, finalmente, a nacional. A Conselheira Maria Julia (CUT)
739 elogiou a apresentação da Sra. Mônica e afirmou que isso ajudará muito no processo de organização
740 da 5ª CONAPIR. Ela destacou a importância de fazer um balanço das propostas anteriores, sugerindo
741 que, na 5ª CONAPIR, seja apresentada uma comparação das resoluções e principais propostas das
742 conferências passadas. Ela mencionou que é crucial não repetir os mesmos erros e buscar avançar,
743 além de garantir que as conferências estaduais e municipais tenham relatórios completos. O
744 Conselheiro Anderson Quack (MPO) agradeceu a contribuição e sugeriu olhar para a agenda
745 transversal e as oficinas setoriais realizadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Ele
746 mencionou que o painel de transparência do orçamento público federal pode ser uma ferramenta útil
747 para o CNPIR, permitindo uma melhor compreensão das entregas e programas que estão sendo
748 monitorados. Ele sugeriu que isso poderia ajudar na elaboração de propostas mais bem informadas
749 para a conferência. A Sra. Mônica abordou a importância de considerar as várias identidades,
750 especialmente a população LGBT, incluindo travestis e trans, para garantir a participação igualitária
751 nas conferências. Ela destacou a necessidade de acessibilidade, como exemplares em Braille e
752 intérpretes de Libras, e a importância de orçamentos bem planejados para incluir essas necessidades.
753 Ela mencionou que a crítica aos processos conferenciais, como a falta de avaliação das políticas
754 públicas, é válida. Destacou que, na 3ª CONAPIR, havia um foco em avaliação e que a atual
755 conferência precisa incluir esse componente para garantir que as políticas estejam sendo
756 implementadas e avaliadas adequadamente. Ela também enfatizou a importância de envolver o
757 governo na organização e execução das conferências, e de criar estratégias diferenciadas para Estados
758 que já realizaram conferências e aqueles que ainda não realizaram. Ela sugeriu a necessidade de
759 diálogo político para fortalecer o processo e garantir a inclusão de todos os segmentos. A Secretaria
760 Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, destacou que a Secretaria Executiva recebeu apenas 04
761 (quatro) dos 14 (quatorze) relatórios das conferências realizadas até agora. Ela leu todos os relatórios,
762 que estão variados em formato e conteúdo, mas todos enviaram delegados e propostas. Ela mencionou
763 que o conselheiro Sr. Nuno Coelho, coordenador da Coordenação Executiva da 5ª CONAPIR, esteve
764 no estado do Rio de Janeiro para acompanhar a conferência estadual, cujo relatório ainda não foi
765 recebido. Ela enfatizou a importância de mobilizar os conselheiros da comissão organizadora para
766 visitarem os estados e cobrarem os relatórios das conferências. A Secretaria Executiva está se

767 preparando para apoiar essas viagens oficiais. Ela também falou sobre a importância da avaliação das
768 conferências anteriores antes de realizar a quinta conferência. Ela mencionou que a próxima oficina
769 será dedicada à avaliação dos relatórios das conferências passadas, para identificar o que já foi
770 discutido, documentado e o que ainda precisa ser tratado na próxima conferência. Além disso,
771 informou que estão trabalhando em um sistema de síntese automática das propostas, em colaboração
772 com a diretoria de participação digital da Secretaria-Geral da Presidência, para facilitar a
773 sistematização das propostas. A Sra. Magali Naves se apresentou como socióloga com longa
774 experiência em teatro de educação, utilizado para conscientização social. Ela relembrou sua trajetória
775 no movimento negro em São Paulo e sua atuação em diversas conferências regionais e nacionais. Ela
776 destacou a importância do intercâmbio de experiências e soluções entre diferentes países da América
777 Latina, enfatizando que todos enfrentam desafios similares devido à colonização e discriminação. Ela
778 enfatizou a relevância das políticas afirmativas e das conferências internacionais, mencionando como
779 esses espaços foram fundamentais para discutir e avançar em questões de igualdade racial. Ela
780 destacou o papel das conferências da ONU e outras organizações internacionais na promoção de
781 políticas de reparação e ações afirmativas. Ela ressaltou a necessidade de incluir mesas temáticas nas
782 conferências que abordem o sistema de proteção internacional, como a ONU e a OEA, que permitem
783 denúncias de racismo e outras violações de direitos. Ela citou exemplos concretos, como o caso Maria
784 da Penha, que resultou em políticas públicas importantes após a intervenção da OEA. Além disso,
785 sugeriu que, para a preparação da próxima conferência, é essencial fazer uma avaliação detalhada do
786 que foi discutido e implementado nas conferências anteriores, identificando avanços e desafios. Ela
787 destacou a importância da capacitação racial, especialmente para servidores públicos, para garantir
788 que as políticas de igualdade sejam efetivamente implementadas. Ela também mencionou a
789 necessidade de uma abordagem educacional que inclua a história da África e o combate ao racismo
790 desde cedo nas escolas. Ela enfatizou que a inclusão e a conscientização devem ser contínuas e não
791 apenas eventos pontuais, como feriados ou exposições temporárias. Ela concluiu sua fala oferecendo
792 seu apoio e colaboração no processo de preparação e execução da próxima conferência, reforçando a
793 importância de um trabalho conjunto e bem coordenado para alcançar os objetivos de igualdade racial.
794 A Conselheira Bruna Ravena (FONATRANS) destacou a importância das incidências políticas
795 internacionais, principalmente no contexto das políticas raciais. Ela ressaltou a necessidade de
796 entender como funcionam as incidências nas comissões interamericanas e na ONU. Ela apontou um
797 desafio significativo: a barreira linguística, já que as línguas aceitas nesses espaços são inglês,

798 espanhol e francês, e muitos membros da população negra no Brasil não têm acesso a uma educação
799 de qualidade em idiomas estrangeiros. Ela sugeriu que o Conselho Nacional da Promoção da
800 Igualdade Racial (CNPIR) dialogue com os ministérios e consulados para buscar bolsas e recursos
801 que possibilitem a criação de cursos de idiomas para jovens negros. Ela também mencionou a
802 importância de provocar a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial para financiar
803 essas iniciativas, facilitando assim a participação em incidências internacionais. A Sra. Magali Naves
804 respondeu à Bruna explicando que o Brasil faz parte da ONU e, portanto, há estruturas disponíveis
805 para apoiar a formação. Ela mencionou a existência de programas em que jovens brasileiros podem
806 passar um tempo nos Estados Unidos em programas de intercâmbio, embora isso não seja amplamente
807 divulgado. Ela também falou sobre o estágio oferecido pelo Ministério das Relações Exteriores, onde
808 estudantes podem passar três meses em Veneza, na Comissão de Direitos Humanos. Ela destacou que
809 já conseguiram enviar três estudantes e estão preparando para enviar mais, mas enfatizou a
810 necessidade de convencer as estruturas existentes a incluírem mais jovens negros nesses programas.
811 Ela revelou que existem bolsas de estudo oferecidas pela ONU e que o Brasil já participou trazendo
812 um responsável pelo direito da ONU para visitar e entender a situação no Brasil. Esse esforço resultou
813 em bolsas de estudo para jovens brasileiros participarem de intercâmbios e programas de formação,
814 destacando a importância de continuar trabalhando para ampliar essas oportunidades e garantir que
815 mais jovens negros tenham acesso a esses recursos e capacitações internacionais. A Conselheira
816 Maria Júlia (CUT) abordou a importância da efetiva implementação da Lei 10.639 (dez mil seiscentos
817 e trinta e nove), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Ela
818 enfatizou a necessidade de capacitar educadores e produzir material pedagógico adequado, criticando
819 a superficialidade com que a lei tem sido aplicada, muitas vezes limitada a eventos pontuais como
820 batuques e celebrações no dia 20 de novembro. Ela destacou que, para uma mudança real, as crianças
821 devem aprender desde cedo que a cor da pele não deve ser motivo de discriminação. Além disso, ela
822 compartilhou sua experiência nos Estados Unidos, onde viu programas que permitiam a jovens negros
823 brasileiros visitarem universidades como a Martin Luther King University, uma oportunidade que
824 não está amplamente disponível. Ela destacou a importância de ter tradução simultânea em reuniões
825 internacionais para facilitar a participação de falantes de português, e sugeriu que o conselho discuta
826 com o Ministério das Relações Exteriores como fortalecer essas iniciativas e garantir que esses
827 espaços de debate sejam acessíveis para todos. O Conselheiro Igor dos Prazeres (CONEN) pediu a
828 opinião da Sra. Magali sobre a atual conjuntura internacional e como o Brasil pode fortalecer suas

829 relações internacionais, especialmente considerando o papel do Brasil no G20, Mercosul e BRICS.
830 Ele questionou sobre as estratégias que a sociedade civil pode adotar para influenciar essas discussões
831 e ressaltou a importância da autodeterminação dos povos, mencionando questões como o embargo a
832 Cuba e o reconhecimento do Estado da Palestina. Ele fez uma reflexão sobre como a militância
833 histórica e as relações internacionais podem ser integradas para promover esses debates. A Sra.
834 Magali Naves destacou a importância das relações internacionais e a influência que elas têm sobre
835 questões internas e externas. Ela mencionou que, durante os primeiros mandatos de Lula, o Brasil
836 tinha uma posição forte na África e na América Latina, mas que a situação atual é mais complicada.
837 Ela enfatizou que, apesar das dificuldades, é essencial manter e fortalecer as alianças com a África,
838 América Latina e Caribe. Ela também alertou sobre o controle da comunicação e como isso afeta a
839 percepção pública. Ela argumentou que muitas vezes as notícias que chegam são filtradas e
840 manipuladas, o que distorce a realidade e dificulta a construção de uma compreensão global precisa.
841 Ela sugeriu que a falta de informação verdadeira sobre a África é um problema significativo, e que é
842 necessário buscar formas de melhorar essa comunicação para fortalecer as alianças internacionais.
843 Ressaltou a importância da presença brasileira em espaços internacionais e a necessidade de capacitar
844 os jovens para que possam participar efetivamente desses debates. Por fim, ela apoiou a ideia de criar
845 programas de intercâmbio e capacitação em idiomas para que a população negra brasileira tenha
846 condições de atuar em esferas internacionais. A Secretária Executiva do CNPIR, Larissa Santiago,
847 destacou a importância de fortalecer as relações internacionais com representantes africanos na quinta
848 conferência. Ela mencionou o pedido do FOSANPOTMA para incluir representantes africanos e
849 ressaltou a necessidade de maior participação nos espaços regionais, como Mercosul, OEA, G20 e
850 BRICS, que têm sido sistematicamente abandonados. Informou que a próxima oficina poderá contar
851 com a presença da Sra. Paula Gomes, Chefe da Assessoria Internacional, para discutir a importância
852 da participação social do Brasil nesses espaços. O Conselheiro Danilo Moura (CCIAO) apoiou a
853 solicitação de incluir representantes africanos na conferência, mas sugeriu que também fossem
854 convidados governantes negros da América Latina e afrodescendentes, destacando o peso simbólico
855 dessa representação. Ele acredita que é importante fortalecer a presença de lideranças negras na
856 conferência para refletir a diversidade e promover a igualdade racial. O Conselheiro Igor dos Prazeres
857 (CONEN) enfatizou a importância de continuar os debates sobre as relações internacionais,
858 destacando que as impressões do conselho já estão inscritas na declaração da cúpula do Rio de
859 Janeiro. Ele mencionou a necessidade de criar fóruns entre os povos das Américas com maior

860 participação dos conselhos regionais e solicitou a adesão às agendas políticas internacionais, como a
861 da União Africana. Ele ressaltou a importância de avaliar os avanços da década dos afrodescendentes
862 e a responsabilidade do Brasil em cumprir as deliberações e acordos internacionais para promover a
863 igualdade racial. A Sra. Magali Naves enfatizou a importância de fortalecer as relações internacionais,
864 especialmente com países africanos e latino-americanos, que compartilham histórias e desafios
865 semelhantes ao Brasil. Ela mencionou as dificuldades que populações isoladas enfrentam devido ao
866 abandono e às situações complicadas no Norte do Brasil, que são comparáveis às de outros países.
867 Ela destacou a necessidade de capacitar pessoas para participarem efetivamente nesses espaços
868 internacionais e compartilhou experiências de intercâmbio e formação de jovens brasileiros em
869 universidades estrangeiras. Ela também discutiu a importância de ter representantes capacitados que
870 possam entender e negociar nos fóruns internacionais. Ela ainda mencionou a Convenção Regional
871 contra o Racismo, que levou oito anos para ser negociada e finalmente foi assinada pelo Brasil, apesar
872 das dificuldades impostas por governos anteriores. Ela sugeriu que seria interessante convidar pessoas
873 envolvidas nesse processo para compartilhar suas experiências e conhecimentos, reforçando a
874 importância da colaboração e do aprendizado contínuo nessas áreas. O Conselheiro Marcos Faria
875 (CC/PR) destacou a importância das ações afirmativas para as populações negras, enfatizando a
876 necessidade de vigilância constante para garantir que esses programas sejam realmente eficazes. Ele
877 mencionou que, embora o Itamaraty tenha sido o primeiro a criar um plano de ações afirmativas,
878 ainda é uma das instituições que menos absorveu a população negra, juntamente com as
879 universidades. Ele ressaltou que, apesar de haver metas estabelecidas e algum progresso alcançado,
880 é crucial observar como essas metas estão sendo implementadas. Ele citou um exemplo pessoal,
881 mencionando que, mesmo em sua posição de liderança, há uma clara sub-representação de pessoas
882 negras em seu ambiente de trabalho. Ele também falou sobre a necessidade de organizar a população
883 para cobrar o governo e garantir que as ações afirmativas sejam realmente efetivas. Ele ainda sugeriu
884 que, dentro do próprio governo, a população beneficiada por essas ações deveria ser qualificada para
885 que possam representar adequadamente suas comunidades em momentos decisivos. Ele trouxe a
886 questão do domínio do idioma, destacando que a população negra deve ser preparada para participar
887 de eventos internacionais, mesmo que não falem inglês inicialmente. Ele enfatizou que o Conselho
888 Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) deve manter uma vigilância ativa sobre os
889 caminhos que os programas de ações afirmativas estão tomando e garantir que incluam a população
890 negra, as mulheres e a população LGBTQIA+. O Conselheiro Anderson Quack (MPO) abordou a

891 questão da representatividade racial e de gênero nos cargos do Ministério, mencionando a disparidade
892 nas porcentagens de negros em diferentes níveis de cargos. Ele ressaltou a importância de capacitar
893 essas pessoas para que, quando houver reestruturações, elas possam aproveitar novas oportunidades.
894 Ele mencionou que o governo federal tem uma meta de alcançar 30% (trinta) de representatividade
895 negra nos cargos até 2025, mas apontou que, devido às movimentações internas, essa meta pode não
896 ser suficiente, sugerindo que uma meta maior deveria ser estabelecida para garantir estabilidade. Ele
897 compartilhou uma experiência pessoal, que abordou como o racismo, a discriminação e o preconceito
898 impedem a consolidação de uma classe média negra no Brasil. Ele enfatizou que, mesmo na
899 administração pública, há uma percepção de subemprego para os negros, com a maioria dos cargos
900 de liderança sendo ocupados por pessoas brancas. Ele também destacou que, muitas vezes, as pessoas
901 negras são associadas a ministérios específicos, como Cultura, Igualdade Racial e Direitos Humanos,
902 e não são vistas em outras pastas importantes como Planejamento e Orçamento. Ele ilustrou isso com
903 sua própria experiência de ser questionado sobre sua presença em Brasília e no Ministério. Ressaltou
904 a necessidade de manter a crítica sobre a falta de representatividade e de capacitação adequada para
905 que pessoas negras possam ocupar espaços de liderança. Ele mencionou que, mesmo com
906 qualificações semelhantes às de outras pessoas em posições de destaque, os negros enfrentam
907 barreiras adicionais devido ao racismo. A Vice-presidente e Conselheira Marina Lais Duarte
908 (UNEGRO) agradeceu a participação das convidadas na reunião, destacando a importância das
909 informações, paciência, cuidado e carinho trazidos por ela. Ela encerrou a sessão da tarde,
910 agradecendo a todos os presentes e enfatizando o processo de reconstrução e diálogo que ocorreu
911 durante a reunião desses dois dias. Assim, finalizou-se a 86ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional
912 de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).